



O GU E A TITA
**Laboratório
Agrícola
para crianças
promove gosto
pela terra**

página 3



SÃO SEBASTIÃO
**Santa Casa
cria condições
para envelhecer
bem e na
comunidade**

página 6



GRATER – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 38 . outubro/2021 • grater@grater.pt • www.grater.pt • www.facebook.com/grater.pt • distribuição gratuita

ESTE SUPLEMENTO INTEGRA O JORNAL DIÁRIO INSULAR E NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



PRORURAL+

Governo dos Açores

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nos nossos rurais

FOTOGRAFIA JF CABO DA PRAIA

FUTURO DO LEADER VAI SER EXIGENTE

páginas 4 e 5

Alfredo Borba, coordenador do
EUROPE DIRECT nos Açores, tem
um olhar atento sobre a implementação
do LEADER na Região.





ANSELMO PIRES
Tesoureiro do Conselho de
Administração da GRATER

EDITORIAL

Aproveitando este espaço no editorial da revista Olhar o Mundo Rural, gostaria, antes de abordar os conteúdos desta publicação, de me despedir de todos vós. Os momentos que passei no Conselho de Administração desta Associação de Desenvolvimento Regional foram tempos muito bons e proveitosos. Nem tudo foram rosas, nem tudo foram espinhos, mas o balanço que faço é deveras positivo. Aliás, a GRATER tem sido capaz, durante os seus mais de vinte e seis anos de existência, de contribuir, e muito, para o desenvolvimento da economia da ilha Graciosa e da ilha Terceira. Nesta altura, dirijo um agradecimento especial às funcionárias da GRATER pelo trabalho desenvolvido e, também, um agradecimento especial a todos os colegas de direção com quem tive o privilégio de trabalhar e de conviver. Como referido anteriormente, esta associação tem sido capaz, durante todos estes anos, de apoiar, e muito, o desenvolvimento dos seus territórios de intervenção.

Os tempos são de constantes alterações e nós temos de saber acompanhar as novas tendências, sem esquecer as nossas raízes e tradições. São inúmeros os projetos idealizados e realizados pelos nossos parceiros e beneficiários, como é o caso das Santas Casas da Misericórdia no apoio e socorro às populações, dos municípios, que assim conseguem realizar eventos e espaços de lazer, mas também dos privados, que para além de criarem postos de trabalho também conseguem melhorar a qualidade de vida e os serviços a todos os cidadãos que deles usufruem.

Assim, termino este editorial e esta passagem pela GRATER com o sentimento de dever cumprido. Haja saúde.

OPINIÃO

LEADER: a ferramenta do desenvolvimento rural que se mantém atual



JOÃO CARLOS FIGUEIREDO
presidente da mesa da Assembleia Geral da Federação Minha Terra
Coordenador executivo da ADICES

Decorridos que estão trinta anos após a criação, pela então Comissão das Comunidades Europeias, do programa LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento de Economia Rural) nunca este instrumento de intervenção comunitária fez tanto sentido e a sua aplicação plena se tornou tão necessária.

Com o despovoamento e o envelhecimento acelerado da população, a metodologia LEADER é, seguramente, a melhor ferramenta para a preservação da identidade local, apoio à produção e comercialização de produtos endógenos bem como na alavancagem ao desenvolvimento sustentado e na preservação da natureza, entre tantas outras possibilidades de intervenção.

Se a isto somarmos a perspetiva centralista e estandardizada dos últimos períodos de programação, o regresso à essência desta abordagem é não só premente como urgente.

Após estes 30 anos, os sete pilares que sustentam esta metodologia de intervenção mantêm-se atuais, pelo que importa que a mesma seja retomada na sua plenitude, afastando a intervenção errática dos últimos anos, contribuindo para que o desenvolvimento local em ambiente rural seja plenamente operacionalizado de forma multidimensional e multisectorial.

É sabido que a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) é construída com a participação empenhada dos atores locais, identificando prioridades e dando resposta a necessidades concretas das comunidades, pelo que assistimos com muita preocupação ao desajustamento entre esse instrumento essencial de intervenção e o respetivo chapéu legislativo que, supostamente, o pretende suportar/implementar.

Os Grupos de Ação Local (GAL) sustentam a sua atividade num modelo onde prevalece o envolvimento e as parcerias da sociedade civil, pelo que a sua atuação só alcançará êxito se as ações /realizações levadas a cabo forem operacionalizadas de forma integrada, complementando outras intervenções e onde os

projetos se relacionem entre si.

Estamos convictos que os nossos territórios só continuarão na senda do desenvolvimento e do progresso se os GAL tiverem ao seu dispor ferramentas e instrumentos de efetiva atuação. Seja através de apoio à concretização de projetos empresariais, incentivando o desenvolvimento e inovação agrícola, promovendo efetiva animação territorial, preservando os saberes e os sabores genuínos e participando na divulgação e promoção dos territórios, criando efetivas ligações entre as diferentes ações. Faltando uma destas componentes, pode a EDL ter sido muito bem elaborada, podem as Equipas Técnicas Locais continuar empenhadas, dedicadas e tecnicamente atualizadas, mas dificilmente se alcançará o tão necessário desenvolvimento local em ambiente rural.

Estamos a atravessar um período de transição entre quadros comunitários onde, alegadamente, há a intenção de ajustar os territórios de intervenção dos GAL à configuração das Comunidades Intermunicipais. Sinceramente não me parece que seja este o caminho correto e muito menos o melhor sinal de empenho no desenvolvimento dos territórios que têm identidade comum, dinâmicas complementares e que se agregaram e irmanaram muito para além das linhas que ora querem traçar a régua e esquadro.

Que destas comemorações dos 30 anos do LEADER resulte um reganhar da sua plena metodologia, bem como uma operacionalização absoluta da sua matriz, comprovadamente eficaz. Os territórios bem precisam e o país muito ficará a ganhar.



ESPAÇO ASSOCIADO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA VILA DE SÃO SEBASTIÃO Envelhecer na comunidade



A Santa Casa da Vila de São Sebastião é uma instituição histórica, que presta apoio de proximidade à sua comunidade. Aqui tem-se um olhar atento sobre as necessidades da terceira idade – e elas estão a mudar.

É preciso recuar ao século XVI para encontrar os primeiros capítulos da história da Santa Casa da Vila de São Sebastião. A Misericórdia e a sua capela foram fundadas em 1571. Quase 40 anos depois, em 1610, a Misericórdia viu ali edificado um pequeno hospital, o que revela não só a importância do lugar – foi sede do concelho até 1870 –, mas também a dimensão da instituição. É certo que a atividade da Santa Casa da Vila de São Sebastião nem sempre foi linear e alturas houve em que cessou por completo. Hoje, no entanto, é um organismo consolidado e fundamental: desenvolve a sua ativi-

dade social junto de quem mais precisa, nomeadamente através do FEAC, o Fundo Europeu de Apoio aos carenciados, mas é no apoio à terceira idade que a instituição está focada. Dispõe de uma estrutura residencial para idosos com capacidade para 18 pessoas (e dois quartos para descanso do cuidador), centro de dia e serviço de apoio ao domicílio. É um organismo que não esgota a sua ação nos limites territoriais da vila: presta ajuda, ainda, no Porto Martins, na Fonte do Bastardo e no Cabo da Praia.

Paulo Barcelos, provedor, classifica a atividade da Santa Casa da Misericórdia de São Sebastião como sendo de “extrema importância”. Por um lado, porque é a maior empregadora na vila, depois da Escola Francisco Ferreira Drummond; por outro, porque embora esteja implantada num lugar rural, onde as famílias ainda chamam a si a missão de cuidar dos mais velhos, o apoio do organismo não deixa de ser fulcral nesse acompanhamento. Cuidar da velhice é um dever de todos e essa, aliás, é uma certeza com futuro.

A Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião quer continuar a trilhar esse caminho e já tem planos para isso. “Fazendo uma leitura do que pretende o atual Governo Regional em relação ao envelhecimento, vemos que a tendência será para diminuir as institucionalizações, mantendo as pessoas em casa e na sua comunidade, reduzindo, assim também, a pressão sobre as estruturas residenciais para idosos. Com essa alteração política, que já se nota na Europa, há oportunidades que se colocam no apoio ao domicílio e nós temos um projeto nesse sentido”, afirma o responsável.

São sonhos ambiciosos e não se ficam por aí. Embora ciente das limitações financeiras de uma entidade de economia social, a Misericórdia da Vila de São Sebastião não deixa de traçar planos de futuro, fazendo uso, aliás, dos apoios disponibilizados, nomeadamente pelo PRORURAL, o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores. Nesta altura, por exemplo, a instituição tem em andamento dois projetos já aprovadas

pela GRATER: um para dotar o lar de idosos de um sistema de climatização, e outro para dotar o espaço de equipamentos mais adequados do ponto de vista energético, melhorando as condições de habitabilidade no espaço e reduzindo a fatura energética.

“São ajudas muito boas. Estas instituições têm, como sabemos, uma dependência muito grande dos subsídios de exploração das valências de que dispomos, cedidos através de contratos. A verdade é que temos de encontrar outras fontes para nos financiarmos e, como parceiros da GRATER, seria até incompreensível que não aproveitássemos estas oportunidades”, adianta Paulo Barcelos.

A gestão das instituições particulares de solidariedade social requer sempre criatividade. É uma missão nobre e difícil, daí que qualquer ajuda tenha a capacidade de aliviar as dificuldades no caminho. Com apoios, originalidade e o envolvimento de todos, a Santa Casa de São Sebastião promete continuar a ser um espaço para envelhecer bem, na comunidade e em segurança.

ENTREVISTA

ALFREDO BORBA, COORDENADOR DO EUROPE DIRECT AÇORES

Próximos anos de LEADER vão ser “trabalhosos”

Alfredo Borba acompanha de perto a implementação do LEADER na Região. O coordenador do EUROPE DIRECT Açores acredita que os próximos anos da estratégia vão ser exigentes na resposta às necessidades da população rural.

Coordena, nos Açores, o EUROPE DIRECT. O que faz este organismo e qual tem sido a sua importância na divulgação das questões europeias na Região?

O EUROPE DIRECT Açores, parte integrante de uma rede gerida pela Comissão Europeia, tem por objetivo tornar a Europa acessível às pessoas e levá-las a participar em debates sobre o futuro da União Europeia (UE). Recebemos questões do público em geral sobre a União, sobre os seus programas e prioridades, organizamos eventos sobre matérias específicas, promovemos atividades em escolas, onde fazemos apresentações, animamos debates sobre a UE e distribuimos publicações oficiais, para além de termos um gabinete aberto ao público, no Observatório do Ambiente dos Açores.

A nossa missão, que se estende às nove ilhas do arquipélago, é esclarecer os açorianos sobre a UE e sobre as suas políticas, não só através dos exemplos mencionados acima, mas também por via de uma presença ativa nos órgãos de comunicação social locais, na Internet e nas redes sociais.

O trabalho desenvolvido ao longo de duas décadas obriga-nos a reinventar continuamente a forma como comunicamos, bem como a inovar nas estratégias utilizadas para falar sobre a UE. A definição de parcerias com os órgãos do poder local e da sociedade civil ao nível da Região são igualmente de suma importância, de forma a congregar esforços para melhor fazer chegar a informação aos cidadãos dos Açores sobre o que significa ser europeu e que vantagens teve e tem atualmente a pertença a um projeto único como é a União Europeia.

Tem acompanhado, também por via dessa função, a evolução da abordagem LEADER, que tem o objetivo primordial de promover o desenvolvimento rural. Que balanço faz da implementação desse programa nos Açores?

No ano em que se comemoram os 30 anos do Programa Leader, criado em março de 1991 pela Comissão das Comunidades Europeias, e os 35 anos da entrada de Portugal na atual União Eu-



ropeia, não podemos deixar de fazer um balanço claramente positivo e de registar a evolução, para melhor, das nossas condições de vida.

Temos de salientar o papel que o LEADER tem tido no desenvolvimento dos nossos territórios, com uma abordagem local, que envolve os atores que estão no terreno e, a partir das suas necessidades e ambições, depois são eles próprios os promotores de desenvolvimento e de promoção do melhor que cada região tem. Como li algures há pouco tempo “o LEADER, descrito como uma iniciativa, com valor demonstrativo, relativa ao desenvolvimento rural, deu início a uma transformação societal nos territórios rurais da Europa, que já saltou fronteiras e é uma marca associada à qualidade de vida, à dignidade, à equidade e à democracia nas zonas rurais.”

Na sua perspetiva, de que forma vai esta abordagem evoluir nos próximos anos?

Sendo o LEADER uma iniciativa comunitária que visa o desenvolvimento rural, sustentável e integrado, tem sido um sucesso precisamente por partir do local e não de um gabinete em Bruxelas ou em Lisboa. Está claro que muito mudou em 30 anos, mas o LEADER tem vindo a adaptar-se, sempre em consonância com as mais recentes políticas europeias. Os próximos anos vão ter de ser muito trabalhosos para corresponder ao que a população rural necessita e, ao mesmo tempo, respeitar e cumprir os compromissos da União Europeia, no que diz respeito à Política Agrícola Comum, ao Pacto Ecológico Europeu, ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Desafios que o mundo enfrenta atualmente e que a Europa responde, tendo como objetivo ser um exemplo global.

O próximo período de programação de fundos da União Europeia, 2021/2027, está prestes a ser iniciado. Que oportunidades re-

sultam do próximo quadro financeiro plurianual, nomeadamente para a Região?

Estrategicamente, o Quadro Financeiro Plurianual é um mecanismo que deverá permitir uma transição justa e inclusiva, para um futuro mais ecológico e mais digital, apoiando a estratégia da União Europeia a longo prazo, tornando-a mais resiliente aos choques futuros. Para isso o Quadro Financeiro Plurianual foi desagregado em sete domínios capazes de responder ao objetivo geral. Por sua vez, a iniciativa LEADER enquadra-se em dois destes domínios: 2 - Coesão e resiliência dos territórios (no que se refere ao desenvolvimento regional, investir nas pessoas – programas sociais de educação e voluntariado; justiça, direitos e valores); 3 - Recursos naturais e ambiente (agricultura, desenvolvimento rural, assuntos do mar, pescas, ambiente e clima).

Portanto, as oportunidades para o turismo, para a promoção e manutenção da nossa história, para a cultura e para o património, para a preservação do nosso mar e da nossa agricultura, bem como os apoios aos setores sociais, como sejam a educação, a saúde, a igualdade e a solidariedade, são um bom exemplo a manter e a aprofundar, mas que se encontram nos domínios atrás referidos. A aplicação no terreno da inovação e do conhecimento, o respeito pela natureza e a preservação do ambiente são algumas das áreas em que a Região pode continuar a investir com o apoio do financiamento da União Europeia.

Qual é, na sua opinião, a importância dos Grupos de Ação Local, quer na implementação da abordagem LEADER, quer na aplicação destes fundos estruturais na Região?

Os Grupos de Ação Local são entidades que têm funções delegadas do Estado e que aplicam no terreno iniciativas integradas, concebidas e postas em prática à escala local. Incentivam e apoiam os agentes rurais a refletir sobre o potencial dos respetivos territórios, numa perspetiva de longo prazo; incentivam a aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável, integradas e de grande



qualidade, como sejam: novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço económico, por forma a contribuir para a criação de postos de trabalho e para a melhoria da capacidade de organização das comunidades. O aspeto da “cooperação” é aquele que corresponde a um dos principais elementos do programa.

Por estarem perto da população, por conhecerem o terreno e por terem uma rede de parcerias na nossa comunidade, os Grupos de Ação Local são quem melhor sabe identificar e melhor consegue implementar os apoios, quer regionais, nacionais ou europeus, que têm chegado à Região.

Os territórios rurais são o foco desta iniciativa, sendo os Grupos de Ação local, os beneficiários, que elaboram a estratégia de desenvol-

vimento integrado, sustentável, e de carácter piloto, em torno de um tema, característico da natureza e identidade do território.

O plano deve contribuir, por exemplo, para a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, implicar a utilização de novas tecnologias para tornar os serviços e produtos dos territórios mais competitivos, valorizar os produtos locais (agrícolas, silvícolas, da pesca, naturais e culturais, incluindo a preservação e valorização dos sítios de importância comunitária da Rede Natura 2000), que prioritariamente visem melhorar as possibilidades de emprego e/ou atividade para jovens e mulheres, formação profissional, apoio ao turismo rural e apoio a pequenas empresas.

O que muitas vezes acontece é não existirem meios para apoiar todas as candidaturas.



PROJETOS EXEMPLARES



A Associação Cultural do Porto Judeu é, seguramente, uma das instituições mais relevantes da vila. Criada em 2001 para perpetuar o património artístico e musical da freguesia – tendo, para isso, agregado as duas bandas filarmónicas que então coexistiam – foi ganhando relevância e projeção, inclusive fora da sua comunidade. Vinte anos depois, a coletividade mantém-se de

boa saúde e tem, aliás, uma das filarmónicas mais preenchidas da ilha: são 65 elementos, orgulhosos do percurso e do trabalho que têm vindo a desenvolver.

Renato Pires, presidente, é um dos que envergam ao peito o emblema da Associação Cultural do Porto Judeu. Garante que a cultura na vila respira dinamismo, em grande medida devido à filarmónica. Prova

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO PORTO JUDEU

A filarmónica no coração da vila

disso são as escolas de música, que decorrem anualmente e que conseguem, sempre, ver renovados os seus alunos. “Penso que a procura se deve a dois motivos: ao repertório que o maestro tem desenvolvido e às escolas de música, que são orientadas também por ele. O maestro Francisco Rocha é professor no conservatório e a formação que oferece é meticulosa – há rigor no solfejo, na leitura musical. Os músicos sabem que vão ser bem preparados. Quanto ao repertório, é contemporâneo, audaz e as pessoas gostam do desafio. Nesta altura, por exemplo, estamos a preparar a ‘Bohemian Rhapsody’, dos Queen, que é uma peça complexa”, avança o responsável da direção.

Claro que para que este conhecimento seja posto em prática, são necessários bons instrumentos musicais e a Associação Cultural do Porto Judeu tem apostado, igualmente, na renovação do seu material. Recentemente, adquiriu duas tubas, duas trompas, dois cla-

rinetes e uma bateria – um passo fundamental para a filarmónica, que foi apoiada pela Associação de Desenvolvimento Regional. “Esta aquisição teve um valor bastante elevado e a GRATER teve nisto um papel muito importante, porque nos permitiu dar este passo de forma sustentada. Nós tínhamos instrumentos com alguns anos e com desgaste, já com muitas reparações, e estes têm uma boa qualidade sonora, o que faz a diferença nos concertos”, sublinha Renato Pires.

O projeto, participado em 80%, rondou os 18.331,76 euros, tendo sido apoiado em 14.665,42 euros. Incluiu, para além dos instrumentos musicais, a aquisição de ecopontos. A Associação Cultural do Porto Judeu está focada, também, nas boas práticas ambientais e tem vindo a desenvolver ações de sensibilização junto dos músicos. Tudo para que o organismo continue a afirmar, com excelência, o seu espaço na comunidade.

O GU E A TITA

Um laboratório de mexer na terra

N’ “O Gu e a Tita” aprende-se de maneira diferente. O espaço agrega jardim de infância, centro de atividades de tempos livres e atividades extracurriculares e promove oportunidades iguais para todos. Aqui, os alunos são o centro de tudo. “Diferenciação” é palavra de ordem.

É a pensar nas crianças e nos adolescentes que frequentam esta escola na Praia da Vitória – estão aqui miúdos dos três aos 12 anos – que são criados os planos curriculares. Mar, educação emocional e financeira e inglês são algumas das áreas exploradas n’ “O Gu e a Tita”. Há outra, ainda: a agricultura, que é ponto de honra para Sónia Pimentel, educadora de infância e fundadora deste lugar inovador. “A nossa ideia era criar um colégio que se diferenciava pelas

componentes prática e experimental, inserindo, nomeadamente, conteúdos relacionados com a atividade agrícola, que é tão importante na Região”, afirma. E é neste contexto que é desenvolvido o Laboratório Agrícola Infantil, um projeto apoiado pela GRATER, que já está em funcionamento e que tem tido resultados muito animadores do ponto de vista do interesse dos mais novos.

Neste espaço, nenhum dos elementos da produção está interdito ao estudo: fazem-se experiências em terra, em hidroponia, analisam-se sementes e bichos, modos de produzir. As experiências já estão em andamento. Nos microscópios já se viram as muito pequenas larvas da mosca da fruta.

O projeto, apoiado em 50% pelo PRORURAL+, através da



Associação de Desenvolvimento Regional, num montante de 12.919,47€, incluiu a remodelação de um espaço anexo às instalações do jardim de infância, bem como a aquisição de equipamentos e de mobiliário. “Com o apoio consegui fazer mais cedo aquilo que sozinha demoraria mais tem-

po”, sublinha Sónia Pimentel. No Laboratório Agrícola Infantil, tudo o que vem nos livros ganha uma dimensão prática e real. A aprendizagem faz-se com as mãos na terra, a olhar para as coisas com olhos de verdade. Nesta escola é assim que se aprende. É esse o espírito d’ “O Gu e a Tita”.

NOTÍCIAS

Parlamento dos Açores vai fiscalizar fundos europeus

O parlamento dos Açores aprovou por unanimidade um projeto de resolução do PS para criação de um grupo de trabalho, integrando todos os partidos ali representados, para acompanhamento e fiscalização da execução de fundos europeus na Região.

O PS justificou a proposta de criação de um “grupo de trabalho, com representantes de todos os grupos representados na Assembleia Legislativa Regional dos Açores” com a “oportunidade única e o volume recorde de fundos” europeus, num “montante superior a três mil milhões de euros”, ou seja, “praticamente o dobro” do financiamento do quadro comunitário anterior.

A ideia é que este grupo elabore relatórios trimestrais e que “envolva os açorianos no processo de decisão política” sobre o destino a dar ao dinheiro.

Questionado por António Lima, do BE, o secretário regional das Finanças esclareceu que os membros do Governo que integram o Conselho Económico e Social, entidade a quem o executivo decidiu atribuir competências de fiscalização, não participarão nas mesmas, para evitar conflitos de interesses.



“A decisão do Conselho Económico e Social [de ser o órgão fiscalizador] foi refletida e sujeita ao escrutínio jurídico. Quando foi votado, os membros do governo retiraram-se e farão o mesmo sempre que estiver em causa conflito de interesses”, explicou Bastos e Silva.

O governante justificou a opção pelo Conselho Económico e Social com o “espírito de contenção e de aproveitamento, em vez de replicação, de estruturas regionais”.

“O Governo não interferirá em nada no acompanhamento”, assegurou.

O social-democrata Pedro Nascimento Cabral explicou que o

PSD ia acompanhar a proposta socialista, “tendo em conta a necessidade de acompanhamento mais premente, e de forma a assegurar a verdadeira centralidade do parlamento”, assegurando que aquele órgão faz “um escrutínio sério e credível”.

Rui Martins, do CDS-PP, observou ser “uma obrigação da assembleia fazer esta fiscalização”, recordando que o partido “sempre foi favorável à criação de grupos de trabalho”.

Por seu lado, Paulo Estevão, do PPM, lamentou o “histórico de desperdício evidente dos fundos europeus”, defendendo que, “desta vez”, seja feito “um trabalho mais

eficaz em prol das populações e do desenvolvimento dos Açores”.

“Esta comissão faz sentido num sentido construtivo. Não vamos transformar este grupo de trabalho numa guerrilha, para que os interesses da Região e a sua credibilidade junto da União Europeia não sejam prejudicados”, sustentou.

Pelo PAN, Pedro Neves apoiou a iniciativa que permite que “todos os deputados” tenham “direito de fiscalizar o trabalho do Governo”. Já Nuno Barata, da Iniciativa Liberal (IL), considerou “fundamental” que a Assembleia “acompanhe pormenorizadamente a aplicação destes fundos”.

“Temos de ter a noção de que o dinheiro é de contribuintes da União Europeia e um dia, tarde ou cedo, se não for bem aplicado, alguém nos vai cobrar”, alertou.

De acordo com uma publicação de setembro no Jornal Oficial, o acompanhamento do PRR/Açores será assegurado pelo Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), o órgão de coordenação técnica e de monitorização pela Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais e o órgão de auditoria e controlo pela Comissão de Auditoria e Controlo.

GRATER integra assembleia geral do Conselho Consultivo para as RUP

A GRATER participou, no passado dia 28 de setembro, na sessão de abertura da primeira assembleia geral presencial do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (RUP), que decorreu na Praia da Vitória. O evento contou com a presença, nomeadamente, da Diretora-Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia, Charlina Vitcheva, da Secretária de Estado das Pescas, Teresa Coelho.

A responsável da Comissão Europeia lembrou que o FEAMPA, Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura, tem uma verba especifi-

ca para as regiões ultraperiféricas, destinado ao desenvolvimento de pesca sustentável e à diversificação da economia azul, por exemplo, em projetos de energia

sustentável dos oceanos, aquicultura sustentável, biotecnologia baseada em ambientes marinhos ou turismo sustentável.

Portugal vai receber 378,6 mi-

lhões de euros do FEAMPA, até 2027, dos quais 102 milhões serão afetos à Região Autónoma dos Açores. O programa operacional deverá ser aprovado no final deste ano ou no início do próximo.

Charlina Vitcheva sublinhou, ainda, que a Comissão Europeia tem apoios para o setor das pescas, para compensar os “custos adicionais” da insularidade e da distância nas regiões ultraperiféricas e que a intensidade do apoio também é superior.

“Normalmente os investimentos são apoiados em 50% e aqui em 85%, e em alguns casos pode haver um apoio a 100%”, reforçou.



NOTÍCIAS

Coligação cívica entrega propostas sobre o futuro da PAC

A Coligação Cívica – Participar no PEPAC entregou, no passado dia 28 de setembro, ao Governo e à Assembleia da República, um conjunto de propostas no âmbito da Preparação do Plano Estratégico para a Política Agrícola Comum (PAC) 2023/27.

No documento, as 21 organizações coligadas informam que pretendem promover a participação cívica na elaboração do PEPAC, “em diálogo com toda a sociedade e os órgãos de soberania, em particular, com o Governo e demais instituições públicas responsáveis” pela preparação e apresentação do Plano à Comissão Europeia, prevista para o final de 2021.

A coligação identifica três questões que merecem “atenção mais urgente”. A primeira passa pela “atualização do diagnóstico de necessidades, considerando, entre outros aspetos, os requisitos de análise aprofundada dos resultados do Recenseamento Agrícola de 2019, o que impõe como primeiro passo a realização de um



apuramento e divulgação pública pelo INE [Instituto Nacional de Estatística] dos resultados dessa fonte, de acordo com as obrigações de conteúdo e detalhe da fundamentação do PEPAC”.

A segunda questão em causa, segundo as organizações, é a disponibilização pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral “de uma proposta atualizada de arquitetura do PEPAC que sirva de referência ao diálogo técnico com a coligação e outras entidades interessadas”, seguida da “definição e publicitação

do calendário e procedimentos que o Ministério da Agricultura se propõe respeitar para concretizar os princípios da parceria nesta fase final de elaboração do PEPAC”.

As organizações sublinham que, “ao invés do cronograma divulgado em abril passado”, o Governo “não divulgou uma primeira proposta de versão completa do PEPAC nem deu qualquer indicação precisa sobre quando tenciona fazê-lo”. “Corre-se assim o risco de se estarem a esgotar as condições para um diálogo alargado sobre

o PEPAC, antes da segunda fase de consulta pública formal que precederá a aprovação da versão final do PEPAC, a enviar para aprovação da Comissão Europeia até final deste ano”, acrescentam. Apelam, então, à mobilização de todos os que estão empenhados em participar na elaboração do PEPAC e “aos órgãos de soberania para que se encete de imediato um diálogo aberto e estruturado”. A coligação salvaguarda que “um diálogo deste tipo pressupõe regras conhecidas de todos, tempo bastante, calendarização e registo das interações mantidas (participantes, contributos, conclusões validadas por todos, as questões resolvidas e as que ficaram por resolver)” e disponibilizam-se para colaborar nessas tarefas.

Da comissão coordenadora da coligação cívica fazem parte, entre outras instituições, a ANP/WWF, Grupo dos Nove, Oikos, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Federação Minha Terra (que a GRATER integra), Zero, Centro PINUS e Animar.



CURIOSIDADES do mundo rural

Porque caem as folhas no outono?

O tempo muda e a paisagem também. O sol vai alterando a sua posição, está agora mais longe da Terra, o que oferece às coisas uma luz diferente. Poucas flores e árvores desabrocham agora. Para a maioria das plantas, é hora

da preparação para o tempo frio. É por isso que as folhas começam a cair por esta altura. É um mecanismo de defesa, que lhes assegura a sobrevivência durante o inverno. Com a diminuição da luminosidade as plantas entram num período de dormência, que marca o fim de mais um ciclo. Assim, poupam energia para, na primavera, quando todas as condições ideais estão reunidas, brotarem os primeiros rebentos e desabrocharem as primeiras flores. Só que nem todas as plantas reagem assim. Aquelas que perdem as folhas, denominadas plantas de folha caduca – como o carvalho, o plátano, a macieira, a videira – fazem-no para se protegerem do frio e da falta de luz. Assim, não se queimam e a distribuição da água e dos nutrientes não fica comprometida.

No entanto, nenhuma planta perde todas as

folhas ao mesmo tempo. Ao longo da estação, vai-se formando uma cicatriz que interrompe gradualmente a passagem da água e dos nutrientes do caule para a folha, o pecíolo (pé da folha) começa a secar e com a ajuda do vento, ou apenas da força da gravidade, a bainha (base do pecíolo) solta-se do ramo e a folha cai.

Antes de cair, as folhas vão apresentando tonalidades diferentes. É que as cores das folhas e flores são determinadas pelos pigmentos presentes na sua composição bioquímica, que absorvem determinadas faixas da luz visível e refletem as restantes. O colorido que vemos é a luz refletida. Quando a clorofila, pigmento de cor verde, deixa de estar presente, veem-se os outros pigmentos presentes na planta. Amarelo, laranja e vermelho são, por isso, as cores do outono.

AGENDA

• A Federação Minha Terra e ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima organizam, nos próximos dias 28, 29 e 30 de outubro, as comemorações do 30º aniversário do LEADER. O evento decorre no Mosteiro de Refoios, em Ponte de Lima.